



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PELO FUTURO DO TRABALHO

Proposta Comercial

2. INVESTIMENTO

SERVIÇO	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
PEDREIRO	1	22.050,00	0,00	22.050,00
PEDREIRO	1	22.050,00	GRATUIDADE	GRATUIDADE
TRILHA DOCE PASCOA	1	14.500,00		14.500,00
Total Dos Produtos:				R\$36.550,00

FORMA DE PAGAMENTO:

Transferencia Bancaria

VALOR TOTAL:

R\$ 36.550,00

OBSERVAÇÕES

Requisito para matrícula: 18 anos;

Escolaridade: No mínimo o 6º ano completo do Ensino Fundamental

Código Unidade

Unidade Executora

31020301

CENTRO DE FORMACAO PROF ENG JOSE WILLIAM LEMOS LEAL

3. DO CONTRATO GERAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

O CONTRATANTE declara, a partir da assinatura do presente instrumento, que teve acesso ao Contrato Geral de Prestação de Serviços do Sesi/DR/PB, mediante QR-CODE, estando ciente de todas as condições contratuais, sobretudo em relação as obrigações de ambas as partes, aderindo assim ao referido Contrato mediante o aceite a presente Proposta Comercial, sendo acessível pelo seguinte código QR-CODE:



https://drive.google.com/file/d/1JlbzVbrwvHgE00oPTA2kq_-9gfe690lh3/view?usp=sharing

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

Rua Manoel Gonçalves Guimarães, 195 - José Pinheiro, Campina Grande - PB, 58407-363

Fone: (83) 2101 5300 - www.fiepb.com.br/senai



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA

VALOR DE REFERÊNCIA: Pesquisa de mercado

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: Contratação de Empresa Especializada para administração de cursos de qualificação profissional de 02(duas) turmas de Pedreiro e 1 (uma) turma de Trilha Doce Pascoa, solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Floresta - PB. Conforme termo de Referência.

2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1.Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

2.2.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

2.3.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

2.4.Mês que serviu de base para elaboração da pesquisa de mercado: Junho de 2024.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	CURSO PROFISSIONALIZANTE PEDREIRO CARGA HORARIA DE 160 H TURAM COM MAXIMO DE 20 ALUNOS	UND	1	22.050,00	22.050,00
2	CURSO PROFISSIONALIZANTE PEDREIRO CARGA HORARIA DE 160 H TURAM COM MAXIMO DE 20 ALUNOS	UND	1	0,00	0,00
3	CURSO PROFISSIONALIZANTE TRILHA DOCE PASCOA CARGA HORARIA DE 48 H COM MAXIMO DE 20 ALUNOS	UND	1	14.500,00	14.500,00
Total					36.550,00

3.0.DO VALOR

3.1.O valor total é equivalente a R\$ 36.550,00.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 3 (três) dias

Conclusão: 5 (cinco) meses

4.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

4.3.Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, os preços poderão ser repactuados após o interregno de um ano, com data vinculada: à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

4.5.O Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

4.6.É vedado ao Contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

4.7.A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

4.8.A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

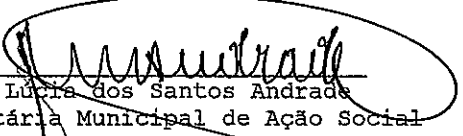
4.9.Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação processada com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

4.10.O registro da variação do valor contratual para fazer face à repactuação de preços poderá ser realizado por simples apostila.

4.11.O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento de toda a documentação prevista no § 6, do Art. 135, da Lei 14.133/21.

4.12.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

Nova Floresta - PB, 24 de Junho de 2024.



Marta Lúcia dos Santos Andrade
Secretária Municipal de Ação Social

